

O clubismo da economia, o rentismo e o combate à desigualdade

» VALDIR OLIVEIRA
Bacharel em administração

» GIOVANNI BEVILAQUA
Doutor em economia

O futebol, muitas vezes, é um espelho do nosso cotidiano e tem a paixão como força motriz. As análises dos comentaristas esportivos são, não raro, enviesadas pela torcida. É isso que chamamos de clubismo. Tal viés leva ao descrédito das emissoras e do profissional. É assim no futebol, é assim na economia.

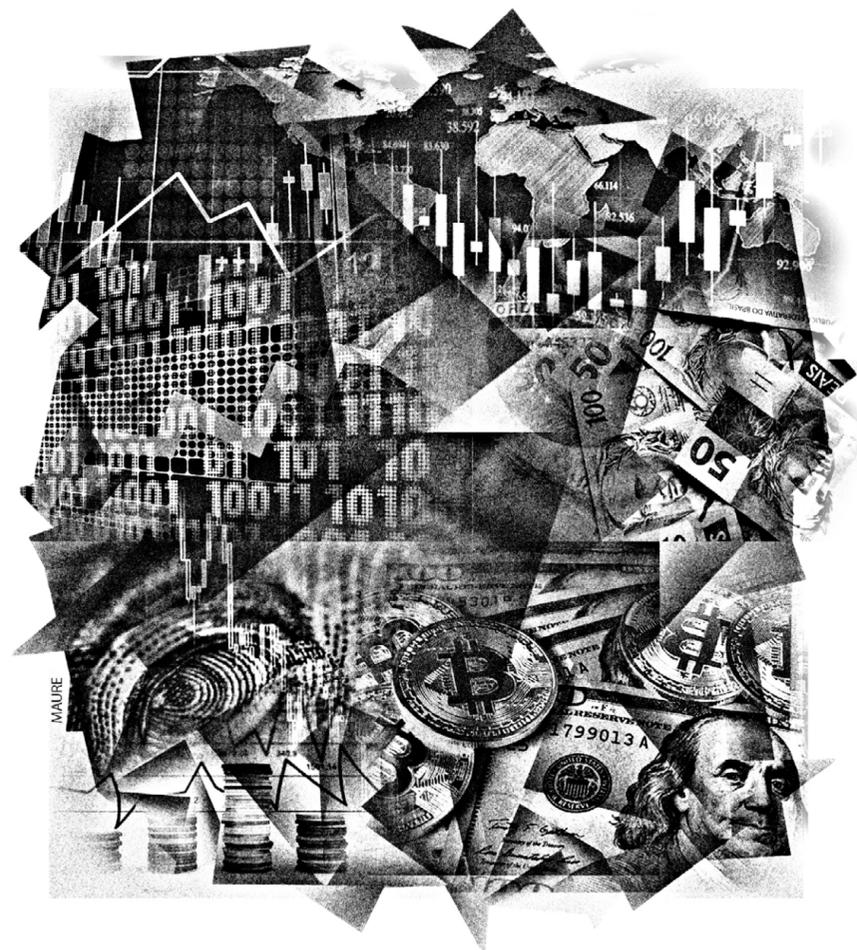
Recentemente, saiu mais um boletim de uma instituição respeitada sobre o momento econômico do Brasil. O principal ponto abordado foi a deteriorização fiscal e o ajuste necessário nas contas públicas. A análise traz um ambiente de incerteza econômica e consequente aumento do custo financeiro. Entendem que a situação fiscal e a necessidade de ajuste nos gastos públicos dão maior volatilidade econômica, o que afetaria a confiança dos empresários e dos consumidores.

A visão apresentada pelos analistas, sempre em uma perspectiva negativa de futuro, menospreza o presente. Todavia, não podemos desassociar a política da economia. Por isso, as decisões econômicas e orçamentárias do governo precisam ter a visão da política, mais precisamente da vontade da sociedade. Afinal, as prioridades de um governo devem ser refletidas em seu orçamento e em suas ações. E é aí que entra o clubismo na economia. As análises, muitas vezes, são enviesadas para teses de interesses pontuais, sejam ideológicos ou financeiros.

O déficit nominal brasileiro, segundo o último relatório do Banco Central (Bacen), é próximo de 10% do PIB e vem em uma crescente desde 2022. É verdade que os efeitos da pandemia na economia terão repercussões por muito tempo e influenciarão os resultados, mas é verdade, também, que os desequilíbrios sociais precisam ser compensados por todos, para que possamos ter uma situação equânime de desenvolvimento.

O maior problema econômico do Brasil é a desigualdade. O seu combate é o maior desafio das autoridades governamentais. Os gastos sociais são tão relevantes quanto são os controles fiscais das contas públicas, porque só assim teremos condições de minimizar os impactos provocados pela desigualdade nos mais vulneráveis. As despesas com saúde, educação, auxílio emergencial e demais programas sociais foram cruciais para evitar um hecatombe social no Brasil, tendo em vista o empobrecimento da população brasileira durante a pandemia. Os programas de apoio aos pequenos negócios, em forma de subsídio, foram fundamentais para a preservação de milhões de empregos. Agora, com a economia se recuperando, vemos indicadores positivos, como a redução do desemprego e o aumento da massa salarial, os quais refletem a volta da confiança da população, após anos de políticas públicas inadequadas.

As análises econômicas que precedem a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) são potencializadas para decisões de elevação da taxa de



juros. E, assim, vamos nos tornando o paraíso dos rentistas. O reflexo dessa decisão é uma taxa de juros criminoso, principalmente dos pequenos negócios, onde alcançam patamares de 60% ao ano. Ao mesmo tempo, os endinheirados, com aplicações financeiras, conseguem, no mínimo, a Selic, que hoje gira em torno de 11,25% ao ano, sem nenhum risco. Isso é um desestímulo ao desenvolvimento de negócios. Esse ciclo é alimentado pelo clubismo econômico, que mantém a pauta do caos para firmar o viés de aumento de juros, alimentando os mais ricos, os rentistas e sufocando os mais pobres, sejam pessoas físicas, sejam os pequenos negócios.

Precisamos estancar esse ciclo perverso de concentração de renda que impera no Brasil. Continuando assim, teremos a ampliação da

concentração de renda, deixando os mais pobres cada dia mais pobres, e os mais ricos cada dia mais ricos. Para mudar essa lógica, precisamos defender a ruptura do pacto da mediocridade que impera no clubismo econômico e mostrar que estamos com oportunidades de crescimento econômico no Brasil, com distribuição de renda e a geração de empregos. Mas, para isso, é necessária a tendência de queda na taxa de juros brasileira, para inverter a lógica do paraíso dos rentistas para o mundo onde o combate a desigualdade seja o lema da nova era no país. Já passou da hora de o Brasil parar de ganhar dinheiro com dinheiro e aprender a ganhar dinheiro com trabalho, evitando o clubismo econômico e sendo justo na direção do combate à desigualdade no Brasil.

O necessário imposto dos super-ricos

» ATHALIE BEGHIN

Integrante do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

A proposta da presidência brasileira do G20 de taxar os super-ricos é urgente e necessária, pois, no mundo todo, as pessoas mais abastadas são as que proporcionalmente pagam menos impostos. Essa situação, além de ser profundamente injusta, contribui para aumentar as desigualdades e diminuir a disponibilidade de recursos públicos, cada vez mais necessários para fazer face aos desafios globais da contemporaneidade — particularmente a fome, a pobreza e as mudanças climáticas.

O estudo encomendado pelo Brasil ao economista francês Gabriel Zucman evidencia que, se os 65 mil centimilionários (com riqueza acima de US\$ 100 milhões) forem taxados com um imposto mínimo de 3% sobre seus patrimônios, seria possível mobilizar até US\$ 688 bilhões por ano, valor próximo ao Produto Interno Bruto (PIB) da Bélgica, que foi de US\$ 632 bilhões em 2023, de acordo com o Banco Mundial.

No Brasil, não é diferente. Análise recentemente publicada pelo economista Sergio Gobetti, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revela que a concentração de renda no topo da pirâmide social brasileira aumentou expressivamente entre 2017 e 2022, pois os rendimentos dos mais ricos cresceram muito mais do que a renda média brasileira. Enquanto a maioria da população adulta (95%) viu sua renda aumentar apenas 1,6% em termos reais no período de cinco anos, a variação registrada pelos 0,1% do topo foi de 42% acima da inflação. E entre os 15 mil milionários que compõem o 0,01% mais rico, o crescimento foi ainda maior: 49%.

Não é aceitável que, em um país com tantas pessoas empobrecidas, situação agravada pelos crescentes impactos das mudanças climáticas, os mais ricos tenham sua renda expandida a velocidade tão superior aos demais e, ainda por cima, paguem de imposto menos de 8% sobre tudo que ganham, como mostram os dados das declarações de IRPF no Brasil. Esse quadro precisa ser urgentemente alterado, seja por meio da volta da tributação de lucros e dividendos distribuídos, seja por meio de um imposto mínimo sobre a renda dos milionários.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e seus pesquisadores associados realizaram simulações de quanto seria possível mobilizar de recursos públicos adicionais sob diferentes arranjos tributários. Por exemplo, se a renda total dos milionários brasileiros fosse submetida a um imposto mínimo de 18%, seria possível arrecadar cerca de R\$ 98 bilhões por ano.

Esse valor corresponde a 23 vezes o orçamento do Ministério de Meio Ambiente e Clima, que foi de R\$ 4,3 bilhões em 2023. Ou cerca de 20 vezes o orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como Merenda Escolar, de aproximadamente R\$ 5 bilhões em 2023.

Além do aporte de recursos novos para a implementação de políticas públicas, uma medida dessa natureza contribuiria para combater as desigualdades não somente de renda, mas, também, de gênero e raça. Com efeito, o seletivo grupo de 300 mil milionários, que corresponde a cerca de 0,2% da população, é majoritariamente integrado por homens brancos.

As desigualdades raciais e de gênero são tão brutais no país que as pessoas negras, embora representem 54% dos adultos, totalizam 70% do décimo mais pobre da população — ou seja, dos 10% da população com menores rendimentos, de acordo com estimativas do Made/USP. Por outro lado, no topo 1% da renda, essa participação é reduzida para 19,5%, enquanto os homens brancos, por exemplo, representam 57% desse segmento, uma proporção que se eleva para 83% quando nos restringimos aos 0,1% mais ricos. Assim, como destaca o Made/USP, o 1% dos homens brancos ricos recebem mais que todas as mulheres negras do Brasil.

Para que um imposto mínimo sobre a renda dos super-ricos possa ser implementado no Brasil e no mundo, é preciso que os países cooperem entre si para combater a evasão de recursos que resultaria de medidas dessa natureza. Daí a importância de os países do G20 apoiarem a construção e a implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC), na sua sigla em inglês). Trata-se de mecanismo indispensável para o intercâmbio de informações tributárias entre países para combater a sonegação de impostos e enfrentar os paraísos fiscais, entre outras ações.

Avaliação de professores: uma estratégia de desenvolvimento profissional

» HELOISA MOREL
Diretora-executiva do Instituto Península

» HAROLDO ROCHA
Coordenador Geral do Movimento Profissão Docente

Avaliação docente no Brasil ainda é um assunto tabu tanto entre educadores quanto nas redes de ensino. No entanto, qual seria o mecanismo para que esses profissionais sejam ouvidos e apoiados em suas necessidades? Como promover uma mudança de percepção em relação à avaliação dos educadores que leve a considerá-la como uma estratégia para alavancar a melhoria da qualidade da educação brasileira?

A avaliação tem, há muitos anos, grande relevância em vários países do mundo, sobretudo nos que têm alto desempenho educacional. Há pelo menos duas razões que explicam isso: a primeira é que a avaliação tem enfoque na prática docente, que é o fator intrascolar mais intimamente relacionado à aprendizagem dos estudantes; a segunda é o fato de a avaliação representar um importante elemento que influencia a formação continuada, mantendo os professores atualizados e proporcionando um sistema eficaz de desenvolvimento profissional.

No Brasil, temos dois exemplos bem-sucedidos de avaliação dos professores no estado do Paraná e no município de Sobral, no Ceará. No Paraná, o Programa Formadores em Ação, é uma política instituída com sucesso na rede. Na prática, periodicamente, os professores ingressantes gravam aulas e apresentam para um professor mais experiente da própria rede. Em uma sessão de devolutiva, são identificadas quais são as ações docentes que estão impulsionando as aprendizagens e quais os desafios para garantir uma aula em que todos os estudantes aprendam. O programa vem gerando

resultados positivos no desempenho dos educadores e, consequentemente, na aprendizagem dos alunos, que obtiveram melhores notas no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2023 nas disciplinas de língua portuguesa (em 12%) e em matemática (em 6%).

Em Sobral, uma política de acompanhamento escolar com foco intensivo na formação de diretores, qualificando-os para a observação de aulas e a priorização da gestão das aprendizagens, tem demonstrado ao longo dos anos que a avaliação formativa dos educadores é uma estratégia para a melhoria dos resultados de aprendizagem dos estudantes.

Ao analisarmos as políticas educacionais de ambos os casos, Paraná e Sobral, observa-se que essas redes de ensino investiram fortemente em políticas de avaliação docente, com finalidade exclusivamente formativa. Ela tem por objetivo a identificação das dificuldades e fortalezas de cada educador, e, com esse diagnóstico, orienta a oferta de oportunidades para ampliar seus saberes e desenvolver competências com vistas ao seu contínuo desenvolvimento profissional.

Jorge Manzi, pesquisador da PUC do Chile, especialista no tema, destaca os benefícios da avaliação, tanto em termos individuais, quanto para as tomadas de decisões relativas a promoção, salários e incentivos dos professores. Segundo Manzi, quando a avaliação é efetiva, ela passa a ser um método mais transparente e positivo que pode, inclusive, substituir a abordagem tradicional de avanço na carreira de professor que, geralmente, considera apenas

senioridade ou certificação de cursos.

Outra consideração do autor é que o ensino e a aprendizagem não melhorarão se não houver uma análise e uma devolutiva de alta qualidade aos professores com base em avaliações precisas de suas práticas pedagógicas, com padrões claros sobre o que é considerado eficaz. Sem medição da qualidade do ensino, os administradores escolares ficam no escuro ao tomar decisões críticas sobre as ações necessárias para que o sistema de ensino dê condições a todos os professores de se desenvolverem e atuarem no seu pleno potencial.

A discussão sobre políticas educacionais voltadas para avaliação dos educadores é uma realidade em diversos países que estão aprimorando a aprendizagem dos alunos e a qualidade de educação.

No Brasil, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Apesar da complexidade do tema e seus desafios, a avaliação docente apresenta grandes oportunidades para melhorar a qualidade de nossa educação, como evidenciam as experiências de outros países.

Entretanto, para que as políticas de avaliação sejam realmente eficazes, é fundamental que sejam desenvolvidas com base em propostas sólidas, sustentadas por consenso político amplo, por mecanismos que garantam validade e confiabilidade, assim como respeitem o profissionalismo docente e garantam a participação dos professores. Somente assim, a avaliação poderá cumprir seu principal papel: promover o desenvolvimento profissional contínuo dos professores e a aprendizagem de todos os estudantes com equidade.